



Presidente p.4

Jornadas "Portugal Caminhos de Futuro" em todo o país



Governo p.9

Sobretaxa de IRS desce para 2,6% em 2016

POVO LIVRE



nº 1897

11 de Novembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

NÃO ABANDONO O MEU PAÍS

O Primeiro-Ministro na apresentação do Programa do XX Governo



Pedro Passos Coelho reuniu com os deputados

Estarei aonde for preciso

O presidente do PSD e Primeiro-Ministro declarou estar disponível para assumir responsabilidades tanto no Governo como na oposição, afirmando que estará “aonde for preciso”. Pedro Passos Coelho assumiu esta posição em resposta aos jornalistas, na Assembleia da República, no final de uma reunião com os deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP, sexta-feira. “Estarei aonde for preciso: no Governo, que é o lugar natural que se espera de quem ganha as eleições, mas, se porventura não estiver no Governo e estiver na oposição, não deixarei de assumir as minhas responsabilidades”, declarou Passos Coelho, tendo ao seu lado o presidente do CDS-PP e vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas.

Antes, o chefe do executivo PSD/CDS-PP disse não querer “antecipar nenhum resultado, nem para o debate do Programa do Governo, nem para a votação das moções de rejeição” anunciadas pelos partidos da oposição. “Isso será uma conclusão que depois tiraremos no final da votação. Eu não vou antecipar isso”, reforçou o Primeiro-Ministro.

Questionado se ainda acredita que o Programa do Governo pode ser viabilizado, Passos Coelho retorquiu: “Isto não é uma questão de querer, nem uma questão de fé. Nós fazemos aquilo que devemos fazer. Nós ganhámos as eleições, fomos empossados, muito naturalmente, pelo senhor Presidente da República em resultado dessa vitória eleitoral. Apresentamos o nosso programa ao parlamento, e não trocámos de programa a seguir às eleições”.

“Compete agora ao parlamento fazer, entre todos os agentes políticos, um exercício de humildade e de responsabilidade. De humildade, porque ninguém tem condições para impor, só por si, a sua vontade. De responsabilidade, porque se cada um ficar só a olhar para aquilo que tem, quem perde é Portugal”, considerou.

Passos Coelho reiterou que espera “que todos os partidos possam exercer o seu papel nesse debate e na votação das

moções de rejeição do programa [do Governo] com humildade e com responsabilidade”.

Interrogado depois sobre a sua disponibilidade para ficar a liderar a oposição, o presidente do PSD respondeu: “O que posso dizer é que eu não tenho opiniões, não tenho valores que andem ao sabor das circunstâncias. O país sabe e soube ao longo destes anos com o que é que podia contar comigo. Não sou de abandonar o meu país. Não sou de desertar nas minhas funções. Não deixo, portanto, com humildade e com

responsabilidade, de exercer aquilo que é a expectativa legítima que os portugueses têm em mim”.

“Estarei no Governo, e só não estarei no Governo se for derrubado no parlamento, e se for derrubado no parlamento é porque o PS não nos quer deixar governar, isso parece-me cristalino, não é por falta de apoio dos partidos da coligação. Portanto, se eu não for primeiro-ministro a partir de terça-feira é porque o PS quer derrubar este Governo, mas isso será uma matéria que será discutida aqui no parlamento”.



prosseguiu.

“O que posso dizer é que estarei aonde for preciso: no Governo, que é o lugar natural que se espera de quem ganha as eleições, mas, se porventura não estiver no Governo e estiver na oposição, não deixarei de assumir as minhas responsabilidades”, concluiu.

De acordo com Passos Coelho, o programa de Governo “baseia o essencial do conteúdo no programa eleitoral com que a coligação foi sufragado pelos portugueses”, mas reiterou que há disponibilidade para “exercitar esse espírito de abertura à negociação e ao diálogo com o PS para dar estabilidade ao país” mas o executivo não faz “leilões” de medidas. “As medidas aprovadas são projectos de diploma, remetidos para o parlamento para que o parlamento possa discutir e votar, e é aqui no parlamento que se faz essa negociação. A única coisa que julgamos que devemos ser totalmente verdadeiros e transparentes é: nós não fazemos leilões”, declarou.

O Primeiro-Ministro insistiu na advertência para um eventual descontrolo do défice e da dívida e na ideia de que “todas as medidas que possam exigir do ponto de vista orçamental um esforço financeiro maior têm de ser compensadas com alguma outra coisa, e essa negociação é uma



negociação que decorre com transparência no parlamento”. “Porque se isso exigir de um lado mais despesa do Estado, do outro lado tem de haver alguma coisa que compense isso. Porque se não houver, o que acontece no final é que os portugueses dirão: bem, mas então já no passado nós podíamos ter tido menos cortes e ter mais rendimentos, porque é que não tivemos?”, sustentou.

Executivo “não insistirá no plafonamento das pensões”

O Primeiro-Ministro garantiu também que o Governo não insistirá na matéria do plafonamento das pensões”, porque a oposição do PS a essa medida a torna inviável. “O Programa do Governo assume com clareza que, em sinal justamente

desta boa vontade e deste espírito de negociação e de compromisso, o Governo, para já, não insistirá na matéria do plafonamento das pensões”, declarou Passos Coelho aos jornalistas, na Assembleia da República, no final de uma reunião com os deputados do PSD e do CDS-PP.

Antes, o presidente do PSD referiu que “o plafonamento das pensões foi uma das matérias que o PS considerou que não estava de todo disponível para viabilizar”, acrescentando: “Ora, uma medida dessa natureza estará sempre incluída numa reforma da Segurança Social. E essa reforma só pode ser feita com o apoio do PS, portanto, não vale a pena insistir naquilo que sabemos que não tem viabilidade”.

Segundo Passos Coelho, “o programa que o Governo apresentará no parlamento não irá defraudar”, porque “ba-

seia o essencial do seu conteúdo naquilo que foi o programa eleitoral que, com a coligação [PSD/CDS], foi sufragado pelos portugueses” nas eleições legislativas.

“Nós não incorporamos medidas no nosso programa que são do PS, porque só o PS, como eu já tenho dito, é que sabe qual é a hierarquia, a importância, o valor que atribui a cada uma das suas medidas ou propostas”, adiantou.

Contudo, ressaltou que esse documento “é muito claro dando completa abertura a diálogo, a espírito de compromisso, à negociação que um Governo de maioria relativa não pode deixar de evidenciar” em relação às restantes forças políticas, “em particular com o PS”, com quem PSD e CDS-PP partilham “as opções europeias”. “E esperamos que da parte do PS haja simetria nesta disponibilidade”, observou.

Jornadas “Portugal Caminhos de Futuro” em todo o país



PSD e CDS-PP organizam, nos próximos dias 11 e 12 de Novembro, as Jornadas “Portugal Caminhos de Futuro”. O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e o líder do CDS-PP, Paulo Portas, e mais de 70 dirigentes dos partidos vencedores das eleições legislativas, percorrem quarta e quinta-feira, os 18 distritos em jornadas destinadas a “manter a proximidade com os eleitores e as estruturas dos partidos”.

De acordo com o programa, as designadas jornadas “Portugal caminhos do futuro” decorrerão em 19 sessões distribuídas pelos 18 distritos de Portugal continental, sendo que Lisboa terá duas, uma para a área Oeste e outra para a área metropolitana.

Passos Coelho estará, com o vice-presidente centrista Nuno Melo, numa sessão na quarta-feira, dia 11 de Novembro, pelas 19h00, em Lisboa. O presidente do CDS e vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, estará numa sessão no Porto, no mesmo dia, pelas 21h00, em que participam também o vice-presidente do PSD Jorge Moreira da Silva, o líder da distrital do Porto do PSD, Virgílio Macedo, e o dirigente e deputado do CDS, Álvaro Castelo Branco.

PORTUGAL A FRENTE

JORNADAS
PORTUGAL CAMINHOS DE FUTURO

11 NOVEMBRO.21H
(QUARTA-FEIRA)

ALGARVE	SANTARÉM
BEJA	SETÚBAL
LISBOA	VIANA DO CASTELO
ÁREA OESTE	VILA REAL
PORTALEGRE	
PORTO	

PORTUGAL A FRENTE

JORNADAS
PORTUGAL CAMINHOS DE FUTURO

12 NOVEMBRO.19H
(QUINTA-FEIRA)

LISBOA
ÁREA METROPOLITANA

PORTUGAL A FRENTE

JORNADAS
PORTUGAL CAMINHOS DE FUTURO

12 NOVEMBRO.21H
(QUINTA-FEIRA)

AVEIRO	ÉVORA
BRAGA	GUARDA
BRAGANÇA	LEIRIA
CASTELO BRANCO	UISEU
COIMBRA	

O Primeiro-Ministro na apresentação do Programa do XX Governo

“Não abandono o meu país”



Na abertura do debate do Programa do XX Governo Constitucional, na Assembleia da República, dia 9, logo no início do seu discurso, Pedro Passos Coelho deu o mote ao recordar que “o começo desta nova legislatura está marcado por decisões que rompem com algumas convenções parlamentares destes 40 anos de democracia”. Pedro Passos Coelho mostrou-se apreensivo com “as promessas de novas convenções”, e ao mesmo tempo confiante nas instituições: “Não escondo, na minha condição de cidadão, a apreensão com que olho para as promessas de novas convenções que alguns partidos querem trazer para este mandato. Mas prefiro sublinhar, mesmo nesse contexto, a confiança que sempre me merecem as instituições maiores da nossa democracia representativa e o trabalho leal que nelas todos deveremos sempre desenvolver”.

Referindo-se às “soluções de Governo”, o Primeiro-Ministro declarou: “É importante que estas soluções, mais do que a base aritmética para sustentar a governação, tragam uma base identitária, coesa e credível, para conformar a acção do governo, conferindo-lhe a legitimidade em sentido substancial, que não meramente formal”.

O presidente do PSD expressou não ignorar que “antes ainda de ser apresentado este Programa de Governo, já várias forças com representação parlamentar anunciavam o seu desejo de o vir a inviabilizar, apresentando moções de rejeição”, mas rejeitou que este debate seja “uma perda de tempo”.

Numa alusão ao entendimento entre as esquerdas, para uma alternativa de Governo, Passos Coelho considerou que esse “outro caminho” é o de “um programa político imediatista e irrealista, assente no desejo do regresso à ideia de onnipresença do Estado e numa representação iliberal e anti-global do mundo”. “A escolha que nos é

dada neste tempo crucial é clara: é a escolha entre o caminho das reformas seguras e graduais, de matriz europeia, assente numa representação democrática do mundo e na combinação da responsabilidade dos indivíduos e das instituições, onde asseguram papel central não apenas as forças partidárias mas também as próprias organizações da concertação social e as instituições de solidariedade social; e outro caminho, de um programa político imediatista e irrealista, assente no desejo do regresso à ideia de onnipresença do Estado e numa representação iliberal e anti-global do mundo, e que não garante a trajectória seguida nos últimos 30 anos relativamente ao nosso consenso europeu, antes o compromete, já que um programa como este dificilmente deixaria de ser visto como uma ameaça à normalização das nossas contas públicas e aos progressos que na economia e na sociedade vão ligados a essa normalização”.

Passos Coelho recordou que “os portugueses votaram pela estabilidade, pela responsabilidade e pela capacidade de compromisso entre as forças políticas que defendem a continuidade de Portugal na União Europeia e no euro, que querem para Portugal um modelo de sociedade assente na dignidade da pessoa, numa economia social de mercado e na garantia de sustentabilidade e valorização dos seus recursos e do território”. “Podem, em todas as ocasiões, os representantes do povo decidir e escolher em sentido ulteriormente diferente do que fez o povo nas eleições, mas não será nunca certamente qualquer perda de tempo mostrar respeito por essa escolha popular e assumir, com transparência e sem quaisquer subterfúgios, a responsabilidade de exercer escolhas diferentes, fundamentando-as e suportando-as no exercício do mandato parlamentar”, reforçou.

De acordo com Passos Coelho, a alternativa progra-

mática da oposição é “um programa político imediatista e irrealista” e “iliberal”, que põe em causa o equilíbrio das contas públicas.

O líder do PSD defende que os partidos defensores da participação de Portugal na União Europeia, no euro e na NATO constituem “uma maioria maior” saída das eleições legislativas, “maior certamente do que quaisquer outras geometrias que se possam agora anunciar”.

O Primeiro-Ministro assegurou assumir as suas responsabilidades com “uma política positiva, ao serviço dos portugueses”, mas sem colaborar e fazendo oposição a “uma política negativa, de ruína de Portugal”. “Tal como todos os agentes políticos, também eu assumirei as minhas responsabilidades. Assumo a responsabilidade de uma política positiva, ao serviço dos Portugueses, da recuperação do país e da credibilidade nacional. Assumo a responsabilidade de não colaborar, e de me opor, a uma política negativa, de ruína de Portugal, em que os Portugueses são vistos como meros instrumentos de jogadas políticas de poder”, declarou.

“Cabe agora, a todos e a cada um nesta ‘casa da democracia’ assumir as suas responsabilidades políticas e democráticas”, assinalou.

Programa da esquerda penaliza “condições de crescimento”

O Primeiro-Ministro alertou ainda que investidores e credores vão retrair-se perante ideias que implicam “degradação orçamental” do programa alternativo da esquerda e que isso penalizará “as condições de cresci-



mento da economia". "Creio que hoje posso dizer que se ganharem adesão ideias que tenho vindo a observar, a ler a ouvir - que implicam uma certa degradação do caminho de consolidação orçamental que temos vindo a praticar, que impliquem um processo muito mais célere de recuperação de rendimentos do que aquele que pode ser sustentado pelo crescimento da economia - exista por parte dos investidores e dos nossos credores uma retração que acabará por penalizar as condições de crescimento da economia portuguesa", afirmou Passos Coelho.

O chefe de Governo reiterou que, nesta altura, o país "com certeza" já está a pagar "um certo preço pela incerteza que rodeia o final deste debate e eventualmente possa suceder na sequência do encerramento deste debate", referindo-se às moções de rejeição cuja aprovação pela maioria de esquerda implica a queda do executivo e à eventual formação de Governo do PS com apoio parlamentar de BE, PCP e PEV.

Para o chefe do Governo, serão os próprios portugueses que, desconfiados de uma atitude de querer dar "passos maiores do que as pernas" e de "voluntarismos", irão também retrair-se, poupando ganhos de rendimentos que possam vir a alcançar com a eventual concretização do programa do PS. "Não me espantaria que as pessoas, apesar de lhes estarem a prometer mais rendimento o pudessem conservar de forma cautelara para evitar ficarem sujeitos a restrições maiores no futuro", apontou.

Lúis Montenegro: "O povo falou, o povo escolheu e o povo decidiu"

O líder parlamentar do PSD questionou as razões que estarão por trás da "ambição desmedida" socialista governar e acusou António Costa de fazer "arranjinhos" com o BE, PCP e PEV numa tentativa de "adulterar a vontade do povo". "O que estará por trás de tudo isto, deste novo PS e desta ambição desmedida e irresponsabilidade de não respeitar a vontade livre e democrática do povo português", perguntou o presidente da bancada do PSD, Luís Montenegro, na primeira intervenção dos sociais-



-democratas no debate do programa do Governo.

Assinalando que em treze anos de actividade parlamentar e 22 de funções políticas nunca viu em Portugal "alguém que não tivesse vergonha de querer governar perdendo eleições", Luís Montenegro contrapôs a falta de legitimidade de António Costa para formar Governo com a "legitimidade plena e autoridade política" que o líder do PSD tem para ocupar o cargo primeiro-ministro. "Está aí não porque os deputados o escolheram, nem porque o Presidente da República o escolheu, quem o escolheu foi o povo de forma livre e democrática", disse, dirigindo-se ao Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Já António Costa, acrescentou, está sentado "na mais representativa bancada da oposição, também no lugar que o povo quis que estivesse". "O povo falou, o povo escolheu

e o povo decidiu", resumiu, insistindo que Pedro Passos Coelho ganhou e António Costa perdeu "e nenhum dos dois foi por pouquinho".

Contudo, continuou Luís Montenegro, o secretário-geral do PS não concorda com isso e acha que "fazendo arranjinhos com o BE, o PCP e o PEV deve adulterar a vontade do povo". "Nunca vi ninguém que quisesse derrubar governos escolhido pelo povo mesmo antes de esse governo ter executado o seu programa", afirmou. Sem nunca falar do programa do Governo e centrado a sua intervenção exclusivamente nas críticas e ataques do PS, Luís Montenegro desmontou os argumentos socialistas de que o partido tem a mesma legitimidade para governar que teve Pedro Passos Coelho em 2011, quando se coligou com o CDS-PP depois das eleições.

Considerando que essa comparação só pode ser feita por “pura desonestidade política e intelectual”, o líder parlamentar do PSD argumentou que em 2011 Passos Coelho ganhou as eleições, enquanto agora António Costa as perdeu.

“Em 2015, o PS perdedor parece querer fazer três contratos bilaterais para governar”, disse.

Já na parte final da sua intervenção, Luís Montenegro questionou as razões porque o PS não tenta hoje fazer o que sempre fez na história da democracia portuguesa, referindo os anos de 1983, 1995 e 2009, quando o PS venceu as eleições sem maioria.

Respondendo à sua própria pergunta, Luís Montenegro disse ver a hipótese de António Costa ser muito diferente de Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Marcelo Rebelo de Sousa, Manuela Ferreira Leite ou mesmo Pedro Passos Coelho. “Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Marcelo Rebelo de Sousa, Manuela Ferreira Leite e Pedro Passos Coelho estiveram na posição do doutor António Costa mas fizeram o contrário do que António Costa quer fazer ao país”, disse.

Na resposta à intervenção do líder da bancada do PSD, o Primeiro-Ministro corroborou Luís Montenegro, garantindo que se tivesse perdido as eleições não estaria a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. Por outro lado, acrescentou, tendo ganho as eleições, se não tivesse assumido a responsabilidade de formar Governo teria “traído o voto dos portugueses”.

“Numa democracia como a nossa estar na oposição não é menos digno do que estar no Governo”, frisou ainda.

António Costa quis furtar-se ao debate

O PSD acusou o secretário-geral do PS de furtar-se ao debate parlamentar. Na segunda ronda de perguntas ao Primeiro-Ministro no debate do programa do Governo, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Carlos Abreu Amorim, fez uma intervenção curta contra António Costa por não ter ainda usado da palavra. “O grande sinal que vem deste debate é o silêncio de António Costa, um silêncio ensurdecedor. António Costa multiplica-se em declarações e em entrevistas televisivas, mas, hoje, perante o primeiro-ministro, esconde-se atrás dos membros da sua direcção parlamentar”, declarou o dirigente social-democrata.

Mas Carlos Abreu Amorim foi ainda mais pertinente nas suas acusações, acusando o líder socialista de “furtar-se ao debate do programa do Governo e de se esconder “atrás [do secretário-geral do PCP] Jerónimo de Sousa e [da porta-voz do Bloco de Esquerda] Catarina Martins”.

Maria Luís Albuquerque: Ganhos políticos de “curto prazo” serão pagos com mais austeridade

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, observou que os “ganhos políticos de curto prazo” serão pagos com mais austeridade, defendendo que os esforços que foram feitos pelo interesse dos portugueses e não dos mercados. No segundo dia do debate parlamentar do programa do Governo, Maria Luís Albuquerque dirigiu-se à oposição para dizer que “os ganhos políticos de curto prazo serão pagos por todos nós,



pelos nossos impostos, com a perda dos nossos postos de trabalho, com reduções de oportunidades para os nossos filhos, condenando as próximas gerações à precariedade e à incerteza". Considerando que "só a oposição não quer reconhecer" que "será alcançável" a saída de Portugal do Procedimento por Défices Excessivos este ano, "com um défice não superior a 3%", a ministra das Finanças afirmou que "a necessidade das contas públicas não é uma questão ideológica", mas de responsabilidade.

Maria Luís Albuquerque disse que "o rigor na gestão dos dinheiros públicos é exigido pelo respeito pelo esforço dos contribuintes e pelo interesse nacional, muito mais do que pelos compromissos internacionais". "Este Governo não decide e não trabalha para os mercados, o que fizemos nos últimos quatro anos foi trabalhar para os portugueses, para que sejamos cada vez menos dependentes dos mercados", afirmou.

A governante considerou que "sempre que a confiança se quebra", os investidores deixam de estar disponíveis para ceder os seus fundos e a ameaça de bancarrota volta a ser real". "Que ninguém duvide: Se Portugal se voltasse a ver forçado a recorrer a um programa de assistência, um quarto resgate, não um segundo, um quarto resgate em menos de 40 anos, os sacrifícios por que todos teríamos de passar seriam bem mais duros do que aqueles que ficaram para trás", alertou.

Sobre o Programa do XX Governo Constitucional, Maria Luís Albuquerque disse que assegura que "o agora se recupera não será retirado mais tarde, em dobro".

No final do seu discurso inicial, a ministra dirigiu-se aos deputados e apelou à responsabilidade: "Saibamos todos honrar a responsabilidade que nos foi confiada", terminou.

Paulo Portas: "PSD e CDS-PP não serão bombeiros nem cúmplices da conduta de incendiário do regime"

O vice-Primeiro-Ministro advertiu o secretário-geral do PS de que não venha "pedir socorro" quando se vir aflito com PCP e BE, porque PSD e CDS-PP não serão bombeiros nem cúmplices da conduta de incendiário do regime. "Conte apenas com a nossa coerência, e se mais a frente se vir aflito, se mais adiante não conseguir gerir a pressão exclusiva - podem crer que será exclusiva - da demagogia em competição entre o Bloco e o PCP, de um lado, e do realismo e dos compromissos em Bruxelas, do outro, não venha depois pedir socorro", declarou Paulo Portas numa intervenção no parlamento na discussão do Programa do XX Governo Constitucional.

Paulo Portas sublinhou que o líder socialista, António Costa, "será se o conseguir ser um Primeiro-Ministro politicamente ilegítimo e é tamanha a irresponsabilidade do que está a fazer que terá de resolver os seus problemas com a frente dos perdedores". "Nós já fomos os bombeiros do vosso resgate duas vezes, a vossa conduta assemelha-se à dos pirómanos do regime, não seremos cúmplices dessa consequência", afirmou.

Rui Medeiros: "Entrámos não vergados e cairemos, se cairmos, de pé"

O ministro da Modernização Administrativa, Rui Medeiros, defendeu que PSD, CDS-PP e PS devam manter-se em convergência nesta área e afirmou que o executivo cairá "de pé". "Gostava que ficasse claro o seguinte: Nós entrámos não vergados, e cairemos, se cairmos, de pé", declarou Rui Medeiros, no segundo dia de debate do Programa do Governo, na Assembleia da República.

O ministro falou das "linhas gerais e orientadoras" do Programa do Governo para o seu ministério e estabeleceu como objectivo conseguir "um Estado mais eficiente e eficaz, capaz de fazer mais e melhor com os mesmos recursos".

Rui Medeiros apontou a decisão de criar um Ministério



da Modernização Administrativa como sinal da "prioridade política" atribuída pelo executivo PSD/CDS-PP a este sector. Em seguida, considerou que "a preocupação com a modernização administrativa tem sido uma constante tanto dos governos do PSD e do CDS como dos governos do PS, fossem eles maioritários ou minoritários", e que tem havido "continuidade de uma política reformista".

Na anterior legislatura, muitas decisões do Governo relacionadas com a modernização administrativa foram tomadas "com o apoio expresso dos deputados do PS", disse. "Fizemos o que tínhamos de fazer nestes dez dias. Temos uma visão estratégica para a modernização administrativa em Portugal. Estamos certos de que este é o caminho", acrescentou Rui Medeiros. "Cabe agora aos senhores deputados, a todos e a cada um, decidir em consciência se pretendem ajudar a concretizar esta ambição ou se, pelo contrário, preferem uma ruptura artificial numa área em que os partidos do arco europeu sempre convergiram", concluiu.

A intervenção do novo ministro da Modernização Administrativa foi a última antes do período de encerramento do debate.

Sessão de encerramento: António Costa não apresentou alternativa "estável, duradoura e consistente"

No encerramento do debate, o Primeiro-Ministro, assinalou que os acordos celebrados pelo PS com BE, PCP e PEV para a formação de um executivo não constituem a prometida alternativa "estável, duradoura e consistente". Segundo Passos Coelho, "hoje não há unidade nas oposições, mas somente uma maioria negativa", que terá "ainda de evoluir mais para poder ser uma verdadeira maioria positiva". "Se esta maioria negativa que hoje se propõe derrubar o Governo o fizer, ela tem moralmente a obrigação de se converter numa maioria positiva, e é assim que ela deve ser conduzida, com sentido de responsabilidade, perante o senhor Presidente da República", defendeu, reiterando que "os acordos políticos que foram realizados não sustentam essa visão de maioria positiva".

O Primeiro-Ministro afirmou esperar que não se concretizem as notícias de que será formado "um Governo

minoritário do PS apoiado por três minorias parlamentares radicais que sempre combateram o PS". Por outro lado, alegou que "ainda não iniciou funções um tal Governo" e já se manifesta "a desconfiança dos investidores", e contestou "o que se promete hoje em matéria de alívio fiscal ou de rendimentos".

Passos Coelho acusou o secretário-geral do PS de ter recusado um entendimento com a "maioria maior" PSD/CDS-PP, "até integrando-a, se fosse caso disso, no Governo", e considerou que António Costa deve assumir a responsabilidade de ter "recusado essa proposta". E argumentou que isso "tem sempre um preço" e acrescentou: "Cá aguardaremos pela factura correspondente".

De acordo com Passos Coelho, "é legítimo supor que o que move a liderança do PS hoje não é senão o apetite pelo poder". "Ao contrário do que é normal, do que foi normal em 40 anos, o PS, em função da sua ambição de poder, não se importa de revogar o mandato que foi conferido a este Governo nas eleições para que ele próprio possa assumir as funções de Governo", criticou.

No final do discurso, Passos Coelho reiterou que está disposto a assumir responsabilidades na oposição: "Sempre disse que não abandonava o meu país, e não o abandono. Se não me deixam lutar por ele à frente do Governo, como quiseram os eleitores, lutarei no Parlamento, por que me orgulho de ter muito respeito".

O Primeiro-Ministro rejeitou que PSD e CDS-PP estejam "agarrados ao poder", contrapondo que têm "uma noção de serviço público" e que não lhes "custará muito sair do Governo", até porque consideram que saem "com o voto do eleitorado". "Não é todos os dias que se sai do Governo com o voto do eleitorado, poucos políticos se poderão orgulhar dessa circunstância. Nós cá estaremos a lutar por Portugal, como, de resto, estamos habituados a fazer".

A moção de rejeição do PS ao Programa do XX Governo Constitucional foi aprovada com 123 votos favoráveis de socialistas, BE, PCP, PEV e PAN, e recebeu 107 votos contra provenientes da totalidade dos deputados das bancadas social-democrata e centrista. Esta votação implica a demissão do executivo formado pelo PSD/CDS-PP, os partidos vencedores das eleições de 4 de Outubro de 2015. O Primeiro-Ministro é recebido pelo Presidente da República, quarta-feira, dia 11, pelas 16h30, na habitual reunião semanal.

Sobretaxa de IRS desce para 2,6% em 2016



O Governo aprovou um pacote de medidas para entrar em vigor a 1 de Janeiro, incluindo os cortes salariais da função pública revertidos em mais 20% e a manutenção da sobretaxa de solidariedade, mas reduzida a 2,625%. A ministra das Finanças afirmou, na tradicional conferência de imprensa, após a reunião do Conselho de Ministros, em Lisboa, que, como já é “manifestamente impossível” que haja Orçamento do Estado para 2016 aprovado e em vigor no dia 1 de Janeiro, o Governo aprovou “um conjunto de medidas que acautelam risco de ruptura financeira” no início do próximo ano.

Maria Luís Albuquerque adiantou que os cortes salariais aplicados à função pública desde 2011 - que “começaram a ser revertidos este ano em 20%” - deverão ser “novamente revertidos em mais 20%” em 2016, o que quer dizer que serão “inferiores em 40% em Janeiro” face aos cortes iniciais.

No caso da sobretaxa em sede de IRS, que tem sido de 3,5% sobre o montante que exceda o salário mínimo nacional, o programa do Governo aprovado mantém a medida mas “propõe que se reduza dos 3,5% para os 2,625%, ou seja, 25% de redução face ao que está em vigor”.

No que se refere à Contribuição Extraordinária de

Solidariedade sobre as pensões, a ministra das Finanças afirmou que a medida, que se aplica em 2015 sobre as pensões mais elevadas, se mantém em 2016, mas que será “reduzida para metade”.

Além disso, Maria Luís Albuquerque enumerou uma série de outras medidas do lado da receita que estão em vigor este ano e que “se mantêm inalteradas” no próximo ano, nomeadamente a contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica, o adicional em sede Imposto Único de Circulação, o adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, a contribuição do sector bancário e a contribuição extraordinária sobre o sector energético.

O Conselho de Ministros aprovou também o Programa de Governo, entregue no Parlamento dia 6, e a lei orgânica do XX Governo Constitucional, revelou o ministro da Presidência e do Desenvolvimento Regional. Luís Marques Guedes indicou também que foi aprovado o regimento do Conselho de Ministros, que não tem alterações “relativamente ao da anterior legislatura”.

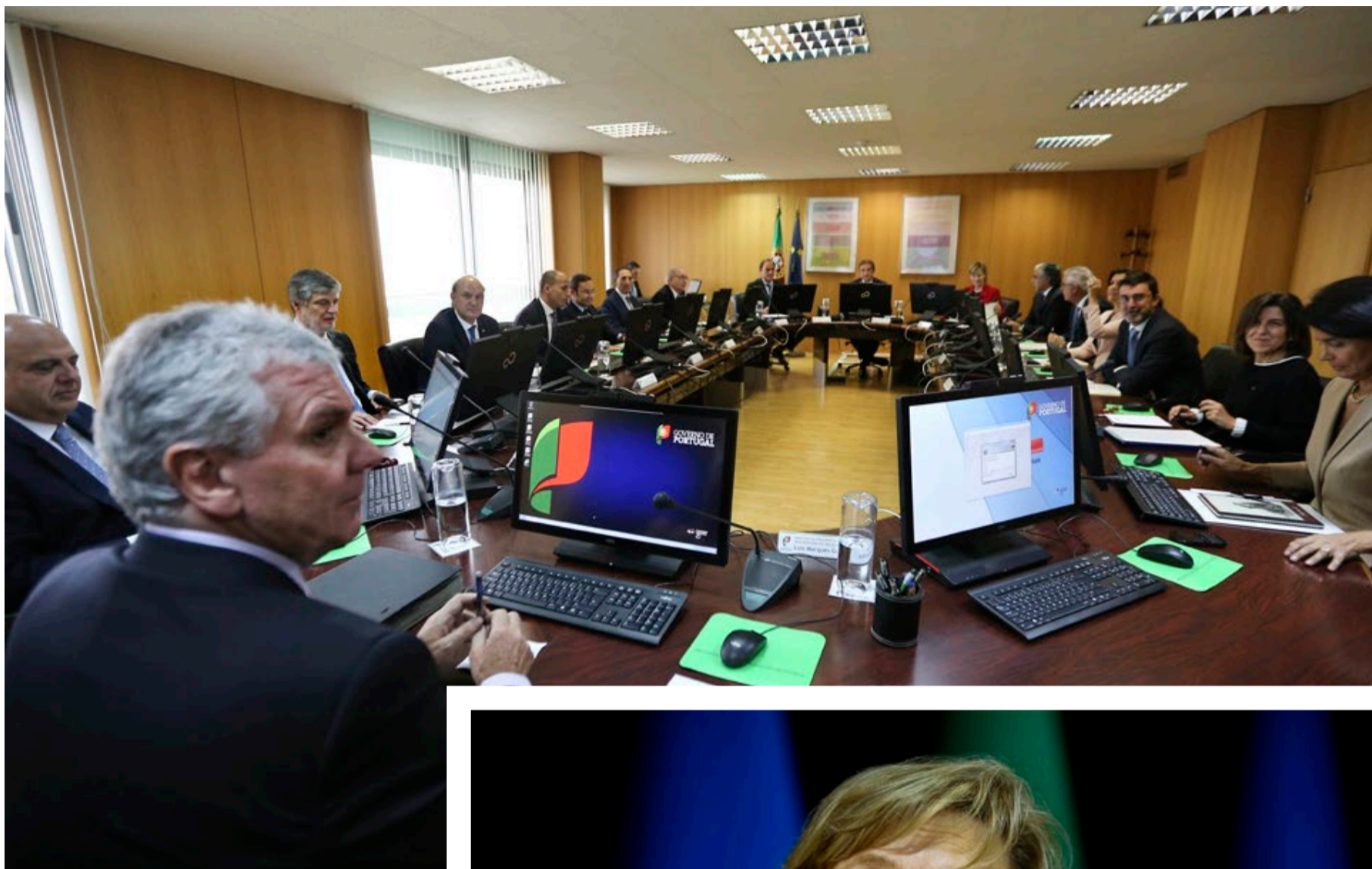
Foi aprovado igualmente pelos ministros uma resolução que atribui à ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania a coordenação política do grupo de trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações.

Governo disponibiliza três fundos para compensar prejuízos do mau tempo em Albufeira

O Governo decidiu autorizar a imediata utilização dos fundos de emergência municipal, de socorro social e da conta de emergência para minimizar os prejuízos provocados pela intempérie que afectou o município de Albufeira no dia 1 de Novembro. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução “para se poder lançar mão dos recursos legais existentes que estão desde já disponíveis”, referindo que “agora é necessário que o processo de quantificação dos danos seja uma realidade”.

Calvão da Silva reforçou que a decisão Governo permite “a imediata utilização do dinheiro destas três fontes” - fundo de emergência municipal, fundo de socorro social e conta de emergência.

O Governo aprovou ainda uma resolução fundamentada à providência cautelar interposta pelo grupo Urbanos contra a privatização da TAP, que será agora entregue nos tribunais.



Comunicado do Conselho de Ministros

1. O Conselho de Ministros aprovou o Programa do Governo a apresentar à Assembleia da República.

2. O Conselho de Ministros aprovou três propostas de lei, para debate e aprovação na Assembleia da República, visando acautelar o equilíbrio orçamental no início do próximo ano, uma vez que no actual calendário já não será possível ter um Orçamento do Estado em vigor até ao final do corrente ano.

São propostas que prosseguem a reposição do rendimento às pessoas e às famílias, e de desagrevamento da carga fiscal.

Na apresentação destas propostas, o Governo manifesta toda a abertura para os acertos quantitativos ou qualitativos que no debate parlamentar se venham a colocar para assegurar a sua aprovação.

As três propostas de lei respeitam:

- À aplicação, em 2016, da contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica, da redução da sobretaxa sobre o IRS, do adicional em sede de imposto único de circulação, do regime de restituição do IVA às instituições particulares de solidariedade social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, da contribuição sobre o sector bancário e da contribuição extraordinária sobre o sector energético;

- À devolução, em 2016, aos trabalhadores do sector público de mais 20% do montante da redução remuneratória a que foram sujeitos pelo programa de ajustamento. A reposição situa-se, assim, nos 40%;

- À aplicação, em 2016, da contribuição extraordinária de solidariedade (CES) para as pensões superiores a 4611 euros, com uma redução de 50%.

A adopção destas medidas legislativas previne uma ruptura orçamental no início do próximo ano, sem prejuízo da respectiva confirmação ou alteração na lei que vier a



aprovar o Orçamento do Estado para 2016.

3. O Conselho de Ministros aprovou a Lei Orgânica do XX Governo Constitucional, na qual se adopta uma estrutura que procura garantir uma eficiente e eficaz acção governativa.

A orgânica XX Governo Constitucional reforça áreas de intervenção governativa e consolida o objectivo de prosseguir a modernização do Estado.

Foi também aprovado o Regimento do Conselho de Ministros.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que atribui à Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania a coordenação política do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações.

5. O Conselho de Ministros aprovou um conjunto de medidas para minimizar os prejuízos provocados pela intempérie que afectou o município de Albufeira no passado dia 1 de Novembro.

Foram desde já desencadeados os mecanismos necessários, com recurso aos seguintes instrumentos:

- Autorizar o recurso ao Fundo de Emergência Municipal;
- Autorizar o recurso ao Fundo de Socorro Social;
- Accionar a conta de emergência legalmente prevista, para o suporte de despesas não assumidas por outras entidades;
- Criar uma estrutura de coordenação e controlo para o reconhecimento das necessidades de socorro e assistência, com a função de inventariar e comprovar as situações elegíveis para o apoio através da conta de emergência.

Fica ainda determinada a adopção pela segurança social dos procedimentos necessários à atribuição de apoios à reparação de danos a pessoas e famílias em situação de emergência social.

Foi constituída uma comissão interministerial de coordenação política, integrada pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração interna, da administração local e da solidariedade e segurança social, e coordenada pelo Ministro da Administração Interna.

Programa do Governo é “coerente”



Às 12h45, de sexta-feira, 6 de Novembro, Carlos Costa Neves, ministro dos Assuntos Parlamentares, entregou a Eduardo Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República, a proposta do programa do XX Governo Constitucional. Carlos Costa Neves começou por dizer que o programa é “coerente” com aquelas que foram as “propostas apresentadas no programa eleitoral”. O programa entregue engloba também “algumas ideias dos partidos da oposição que são importantes”. “Pensamos que temos boas ideias, mas os outros também têm boas ideias, não temos o exclusivo das boas ideias”, disse.

Carlos Costa Neves acrescentou que o programa tem o “código genético” da coligação que passa por uma “opção claramente europeia”. “Somos parte da União Europeia, valorizamos a relação transatlântica e obedecemos àquilo que é o facto de termos estabelecido prioridades”.

E estas prioridades, explicou Costa Neves, passam pelo apoio às “pessoas que mais precisam” e pelo “combate às desigualdades sociais”, não deixando de fora o papel do Estado. “Temos uma posição muito clara em relação ao papel do Estado. Entendemos que o Estado existe para

servir as pessoas e não o contrário. O Estado existe com o dinheiro das pessoas e não as pessoas com o dinheiro do Estado”, apontou, concluindo que o “Estado tem de ser racional e olhar para esta questão nesta perspectiva”.

Após ter estado reunido cerca de 15 minutos com o presidente da Assembleia da República, o ministro dos Assuntos Parlamentares referiu que o Governo cumpriu o prazo de entrega do programa.



Ministra aponta contributo de Portugal para estabilidade e integração de refugiados

“A nossa expectativa é que possamos contribuir para que estas pessoas encontrem finalmente uma vida estável, integrada na comunidade, e possam pôr termo a um período muito atribulado das suas vidas em que andaram de país para país, em insegurança, sem condições e sem qualidade de vida”, afirmou Teresa Morais, após a cerimónia de recepção dos refugiados, no aeroporto de Lisboa, sábado, dia 7.

O objectivo é “ajudar estas pessoas a ter uma vida familiar normal e completamente integrada na sociedade portuguesa”, defendeu a ministra, acrescentando que “Portugal tem a esse respeito uma tradição reconhecida, é um país humanista com uma forte solidariedade reconhecida internacionalmente”.

O grupo de 22 refugiados, composto por 13 adultos, dois bebés e sete crianças mais velhas, veio do Egipto, via Munique, ao abrigo do protocolo entre o Estado português e o ACNUR, em vigor desde 2007, e vai ter apoios como alojamento, saúde e ensino, além do conhecimento da língua portuguesa.

Estes fazem parte de um grupo de 44 refugiados que

era esperado, mas 22 deles ficaram retidos devido a uma greve de uma transportadora aérea, devendo chegar no domingo.

Teresa Morais especificou que, ao abrigo daquele protocolo, “em 2007, foram recebidas 15 pessoas e nos anos seguintes foram 30”. Em 2015, são estes 44 refugiados e “aumentamos para 60 o número dos que viremos a acolher em 2016”, realçou a ministra. Este processo, frisou, é diferente daquele dos 4.500 refugiados que Portugal transmitiu estar em condições de receber e que estão já no espaço da União Europeia, aguardando reinstalação nos países de acolhimento.

Aquele “está atrasado na origem, isto é, Portugal desde o início mostrou toda a sua abertura, toda a disponibilidade” para este processo e as associações da sociedade civil, organismos públicos, parceiros sociais” reunidos num grupo de trabalho, “estão preparados para acolher essas pessoas”, especificou.

A ministra referiu que “há procedimentos, formalidades que têm de acontecer nos países onde elas se encontram neste momento” e a expectativa é que essas

peçoas venham da Itália e da Grécia.

Os procedimentos “são incontornáveis por parte dos Estados que as recebem” e relacionam-se com o registo e com a caracterização do seu perfil, um trabalho que “tem sido difícil”, acrescentou.

Segundo informação mais recente referida pela ministra, “espera-se que o primeiro grupo possa chegar no final do mês de Novembro e seja constituído por 30 pessoas”.



PSD vence eleições para a Assembleia da União de Freguesias de Vagos e Santo António

O presidente da comissão política concelhia do PSD de Vagos e presidente da Câmara Municipal, Silvério Regalado, congratulou-se com a vitória histórica do PSD na União de Freguesias de Vagos e Santo António: “A lista do PSD teve uma vitória histórica e estrondosa, obtendo uma maioria muito absoluta que obriga a maior responsabilidade. Ainda bem que foi dada a palavra aos eleitores que reprovaram as atitudes do CDS que temos visto nos últimos tempos, que não fazem parte do jogo político. Os que se servem de todos os meios na política que compreendam a lição”, afirmou Silvério Regalado.

Numa lista liderada pelo recandidato Fernando Julião, o PSD ganhou, dia 8, as eleições intercalares para a Assembleia da União de Freguesias de Vagos e Santo António, reforçando a votação e obtendo maioria absoluta, com vitória nas seis mesas de voto.

Fernando Julião havia perdido o mandato por decisão judicial, devido à aquisição de materiais a uma empresa de familiares e voltou a candidatar-se, após um acórdão do Tribunal Constitucional que lhe foi favorável.



O PSD obteve 1.544 votos, enquanto o principal adversário político no concelho, o CDS, obteve 586 votos. O PS, a terceira força política registou 237 votos e a CDU apenas 48, situando-se a abstenção nos 57%. Com estes resultados, o PSD reforçou a sua posição na Assembleia, obtendo nove dos 13 mandatos, dois deles conquistados ao CDS e um ao PS. Nas últimas eleições autárquicas o PSD havia obtido seis mandatos e precisou dos socialistas, que tinham dois mandatos, para formar

o executivo da Junta.

“É a prova de que o povo viu que merecíamos a vitória e demonstrou que confia em mim. O que se passou foram momentos tristes, mas já passaram”, comentou Fernando Julião, o presidente da Junta reeleito pelo PSD. A candidatura de Fernando Julião agradeceu publicamente a todos os eleitores, que, uma vez mais, depositaram a confiança no PSD.

PSD reúne com as 19 distritais

A secretaria-geral do PSD iniciou, dia 4 de Novembro, um périplo de reuniões de trabalho com as comissões políticas das 19 distritais do PSD. A primeira decorreu em Torres Vedras, com os responsáveis da Distrital do PSD de Lisboa-Área Oeste.



Governo investe meio milhão de euros em novo posto da GNR na Ericeira

O Ministério da Administração Interna autorizou a disponibilização de uma verba de meio milhão de euros para obras de adaptação de um edifício da Câmara Municipal de Mafra, que vai funcionar como posto da GNR da Ericeira. O despacho, publicado dia 3, em "Diário da República", é assinado pelos secretários de Estado da Administração Local e do Orçamento e autoriza a GNR a assumir o encargo de meio milhão de euros e a celebrar um protocolo com o município de Mafra, para ser a autarquia a lançar concurso e a promover a empreitada, mediante a transferência das verbas pelo Ministério da Administração Interna. "O imóvel onde se encontra instalado o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana na Ericeira não dispõe de condições adequadas à plena execução da missão desta força de segurança", admite o Governo.

Numa portaria publicada também em "Diário da República" no dia 23 de Setembro, a então ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, e o secretário de Estado do Orçamento, Hélder Gomes dos Reis, autorizaram a repartição de encargos por 2015 (50 mil euros) e por 2016 (450 mil euros). O posto da GNR da Ericeira tem um efectivo de 29 militares.

Governo defende descentralização de competências

O ministro da Modernização Administrativa, Rui Medeiros, afirmou que a descentralização de competências é uma aposta fundamental e que faz sentido, considerando as juntas de freguesia como “as portas de acesso à administração”. “A descentralização é uma aposta fundamental. Não é apenas uma aposta constitucional. A descentralização faz sentido, obviamente uma descentralização racional, capaz de potenciar o objectivo último: satisfazer

as necessidades das pessoas”, afirmou Rui Medeiros, na abertura do XV congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Ponta Delgada, 6 de Novembro.

O ministro, descendente de açorianos, considerou que as juntas de freguesia têm um “papel insubstituível”, porque são “o primeiro canal, a porta de acesso à administração e da satisfação das necessidades das pessoas”.

Segundo disse Rui Medeiros a descentralização “com sentido tem toda a justificação no futuro”, sem concretizar.

Rui Medeiros, que é responsável pela tutela da administração local, defendeu que muitos dos problemas concretos só se podem encontrar resposta num quadro de proximidade local, pelo que a reforma da administração deve passar pelo aprofundamento da proximidade local.

Pedro Passos Coelho estará na Academia do Poder Local

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, vai abrir a II Academia do Poder Local dos Autarcas Social Democratas (ASD), a realizar na cidade da Guarda entre 4 e 6 de Dezembro. O presidente dos ASD apresentou o programa da segunda edição da Academia do Poder Local, que é organizada em colaboração com o PSD, e que este ano integra as cerimónias evocativas do 35.º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro.

A abertura dos trabalhos está agendada para as 20h00 do dia 4 de Dezembro, com uma sessão evocativa em memória de Francisco Sá Carneiro, com a presença do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.

Antes da sessão, pelas 18h00, será realizada uma missa evocativa em memória do fundador do Partido Social Democrata, na Sé da Guarda, indicou Álvaro Amaro.

De acordo com o presidente dos ASD e da Câmara Municipal da Guarda, a Academia do Poder Local, inspirada no modelo da Universidade de Verão do PSD, destina-se “a autarcas eleitos e a potenciais candidatos a autarcas”. “Esta iniciativa marcará os passos futuros da formação para autarcas, quer para os já eleitos, quer para os que demonstrem interesse em vir a participar em listas autárquicas do PSD”, segundo o responsável, que reafirma a vontade de a Academia do Poder Local poder vir a evoluir para “Universidade de Inverno”.

Nos três dias, serão abordados os temas “Poder local na coesão nacional”, “Poder local - enquadramento e perspectivas”, “As novas



realidades sociais”, “Ambiente, ordenamento e energia - novos desafios”, “Intermunicipalismo e o Portugal 2020”, “O empreendedorismo e a competitividade dos territórios” e “Falar claro - o poder a comunicação”.

Está também agendada uma mesa redonda sobre experiências autárquicas e a assinatura de um protocolo entre os ASD e o PSD sobre a estratégia de formação autárquica para 2017.

Para além de Pedro Passos Coelho, os trabalhos vão contar com intervenções de Paulo Rangel (deputado europeu), António Leitão Amaro (ex-secretário de Estado da Administração Local), Luís Filipe Pereira (antigo ministro da Saúde), Jorge Moreira de Silva (ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia), Fernando Ruas (deputado europeu), Jorge Braga de Macedo (antigo ministro das Finanças) e de Marco António Costa (vice-presidente coordenador do PSD), entre outros.

O presidente dos ASD adiantou ainda no encontro com os jornalistas que a segunda edição da Academia do Poder Local, a realizar numa unidade hoteleira da Guarda, deverá contar com cerca de 70 participantes, que devem efectuar a sua inscrição até ao dia 13 deste mês.

Exportações sobem 3,2 por cento

As exportações aumentaram 3,2% e as importações diminuíram 0,3% no terceiro trimestre face ao período homólogo, tendo o défice da balança comercial recuado para 2.628,7 milhões de euros. O défice da balança comercial diminuiu, deste modo, 415,8 milhões de euros em relação ao período homólogo. Considerando apenas o mês de Setembro de 2015, as exportações de bens aumentaram 1,9% e as importações de bens diminuíram 1,0% face ao mês homólogo (+2,7% e +1,7% em Agosto de 2015, respectivamente).



Luís Montenegro foi reeleito líder parlamentar



O deputado Luís Montenegro foi reeleito presidente do grupo parlamentar do PSD com 87 votos favoráveis, correspondentes a 97,75%, numa votação em que participaram todos os 89 deputados da bancada social-democrata. Segundo a acta da votação, registaram-se dois votos em branco na lista de direcção proposta por Luís Montenegro, que era a única candidata a estas eleições.

Esta é a maior votação obtida por Luís Montenegro, que lidera o grupo parlamentar do PSD desde o início da anterior legislatura, tendo sido eleito pela primeira vez em Junho de 2011, com 86% dos votos, e reeleito em Outubro de 2013, com 87%.

A nova direcção da bancada do PSD tem, no total, 12 vice-presidentes, seis dos quais são novos: Miguel Morgado, Berta Cabral, António Leitão Amaro, Sara Madruga da Costa, Sérgio Azevedo e Nuno Serra. Hugo Soares, Carlos Abreu Amorim, Miguel Santos, Amadeu Albergaria, Adão Silva e Luís Leite Ramos foram reeleitos vice-presidentes.

Como secretários do grupo parlamentar do PSD, foram eleitos Inês Guerra e Pedro Pimpão, que já ocupavam esse cargo. Na anterior legislatura, havia mais dois secretários: Nuno Encarnação e Luís Pedro Pimentel.

A lista proposta por Luís Montenegro inclui um quinto de mulheres. São três, num total de 15 elementos, incluindo o presidente do grupo parlamentar. Na anterior direcção, havia também três mulheres, até à demissão da vice-presidente Teresa Leal Coelho, em Janeiro de 2014.

Licenciado em Direito, Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves tem 42 anos, é advogado, e exerce as funções de deputado desde 2002, pelo círculo de Aveiro. Nas últimas eleições legislativas, encabeçou nesse distrito a lista da coligação entre PSD e CDS-PP Portugal à Frente.

Em Junho de 2011, foi eleito líder parlamentar do PSD com cerca de 86% dos votos: 92 favoráveis, 11 votos em branco e quatro nulos, numa votação em que participaram 107 dos então 108 deputados deste partido. Na altura, a sua lista foi também a única candidata.

Em Outubro de 2013, novamente sem outra lista

concorrente, foi reeleito para novo mandato de dois anos, com 87% dos votos: 94 favoráveis, nove votos em branco e cinco nulos, numa votação em que participaram todos os 108 deputados do PSD.

Executivo de gestão tem poderes para evitar incumprimento externo

O PSD defende que o Governo prepara medidas para “remover” a austeridade e não para a manter, e que um executivo de gestão tem competências para tomar medidas que evitem situações de incumprimento externo de Portugal. Luís Montenegro começou por se insurgir contra o facto de essas medidas terem sido apresentadas em alguma comunicação social como sendo de austeridade, contrapondo que, “bem pelo contrário, se trata da remoção da austeridade”. “Tal como já constava no compromisso eleitoral, trata-se de remover de forma faseada a sobretaxa de IRS e as diminuições salariais na administração pública. Estamos a falar de medidas orçamentais que se devem prolongar no tempo com menor intensidade. São medidas que devem entrar em vigor no dia 1 de Janeiro para que o país possa ter uma expectativa de cumprimento das metas orçamentais e a Comissão Europeia, quando falar daqui a três meses, possa continuar a ter confiança em Portugal”, salientou o líder parlamentar.

Neste ponto, Luís Montenegro deixou um aviso directo às forças da oposição, dizendo esperar que “não sejam responsáveis por o país estar a inverter um caminho firme e sólido de recuperação do rendimento das pessoas”. “É bonito acenar com recuperações imediatas - e isso já aconteceu em 2009 -, só que, no momento seguinte, a factura vem a dobrar”, disse, numa alusão crítica à política de rendimentos praticadas pelos executivos de José Sócrates.

Interrogado se um Governo sem estar na plenitude das suas funções pode em termos legais aprovar medidas com incidência orçamental em 2016, Luís Montenegro reagiu: “Em primeiro lugar, penso que todos temos de ter a honestidade de não aflorar essa matéria sem termos conhecimento do conteúdo das propostas. Se um Governo que está em

gestão pode em tese tomar medidas financeiras que aculem a vida das pessoas e o cumprimento de compromissos internacionais, digo que sim. Na minha perspectiva, é enquadrável nas competências de um Governo de gestão tomar as medidas necessárias para que Portugal em Janeiro de 2016 não entre em incumprimento e em desequilíbrio, que se traduziriam em penalizações na vida das pessoas e das empresas”, sustentou Luís Montenegro.

Ainda a propósito desta controvérsia em torno das medidas que estão em vias de ser aprovadas pelo Governo, Luís Montenegro deixou um aviso à corrente que suspeita de que o executivo estará a ultrapassar as suas competências de gestão, contrapondo que a palavra decisiva sobre os diplomas em questão pertence à Assembleia da República. “Aqueles que se têm precipitado em tirar já conclusões, é bom que não esqueçam que a decisão última face a essas propostas é do parlamento. Estamos perante propostas de lei do Governo, mas a decisão é do parlamento - e o Parlamento (isso é que não há dúvida nenhuma) está na plenitude absoluta das suas capacidades para poder cumprir as suas competências”, advertiu o líder parlamentar social-democrata.

Luís Montenegro, pelo PSD, lembrou que os vários grupos parlamentares, incluindo os da oposição, já começaram a apresentar as suas iniciativas. “Não vejo razão para que os outros partidos não tenham interesse em poder discutir as suas próprias ideias. Já não é só as nossas, que democraticamente [também] não lhes fica mal”, sustentou.

Nenhum português, acredita o social-democrata, “assiste com bons olhos” ao facto de os representantes do povo terem sido escolhidos a 4 de Outubro e hoje, dia 3 de Novembro, o Parlamento se encontrar praticamente “suspenso”. “O Parlamento não pode nem deve funcionar nem com promettidos chumbos nem com prometidas aprovações”, insistiu Luís Montenegro, que afirmou não haver nenhuma “encenação” ou “teatro” do PSD e CDS-PP na insistência pelo arranque dos trabalhos.

Taxas de execução orçamental nos Açores são “miseráveis”

O presidente do PSD/Açores considera que o governo regional socialista “fechou o terceiro trimestre de 2015” com taxas de execução orçamental “miseráveis de 42%”, sublinhando que grande parte não foi conseguida com investimentos novos. “Não podemos pactuar com taxas de execução orçamental miseráveis, de 42%, como esta com que o Governo fechou o terceiro trimestre de 2015. Isto quer dizer que prometem fazer e não cumprem. Isto quer dizer que investem em palavras e não em investimento produtivo”, afirmou Duarte Freitas, acrescentando que “a média nos últimos anos da taxa de execução anda nos 75%”.

O líder regional do PSD falava numa conferência de imprensa, em Ponta Delgada, sobre o Plano e Orçamento para 2016, afirmando ainda que, “boa parte das vezes, aquilo que é executado não tem a ver com obra nova”, mas “com o pagamento de obra já feita”, referindo o caso das SCUT em S. Miguel e do “Hospital de Angra do Heroísmo”, na Ilha Terceira.

Para o presidente do PSD/Açores, “a falta de estratégia e de políticas consequentes não se pode corrigir no último ano de um mandato de quatro” e disse ainda que “muitas das promessas” do governo regional socialista “não têm sido cumpridas”.

“Contudo, face à difícil realidade que nos atinge, o Plano e Orçamento para o próximo ano deveria, pelo menos, constituir um esforço para concretizar uma aposta clara nas condições para a criação de emprego, na melhoria significativa do acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, no investimento no transporte inter-ilhas, no combate ao insucesso escolar, assim como a difícil situação que atravessa a lavoura açoriana”, defendeu.

Duarte Freitas disse que o PSD/Açores vai apresentar na Assembleia Legislativa propostas de alteração à proposta de Plano e Orçamento para 2016, mas não avançou pormenores, afirmando que na próxima semana os deputados social-democratas reúnem-se em jornadas parlamentares, em Ponta Delgada, S. Miguel.

À semelhança do que aconteceu em 2014, Duarte Freitas concluiu recentemente um périplo pelas nove ilhas para auscultar a população sobre o Plano e Orçamento e disse ter contactado com “centenas de pessoas e parceiros sociais” que lhe identificaram “problemas e prioridades”, frisando que notou “mais gente a participar” que identificaram necessidades em sectores como a saúde, emprego, transportes e agricultura.

O Plano do Governo para 2016 tem um valor total de 782 milhões de euros. As propostas de Plano e o Orçamento do Governo dos Açores serão discutidas e votadas no Parlamento regional no plenário agendado para 24, 25 e 26 de Novembro de 2015.



PS/Açores coligou-se com a esquerda radical



O PSD/Açores viu negada a discussão em plenário de um projecto de resolução que indicava ao Parlamento açoriano “a reafirmação dos compromissos europeus, nomeadamente a vontade regional na participação plena dos Açores, e de Portugal, na União Europeia e na União Económica e Monetária”, afirmou o líder parlamentar, António Marinho.

Para o social-democrata, “a contradição associa-se

facilmente à maneira como o PS e a Esquerda radical quiseram impedir a discussão de opções fundamentais para o país e para a Região. Podem fugir à discussão agora, e podem fazê-lo amanhã ou depois, mas é claro que haverá uma prova final, porque com o voto dos deputados socialistas à Assembleia da República, no momento em que tiverem que optar, cairá a máscara do PS/Açores, que se quis negar à discussão”.

António Marinho considerou que “o chumbo da urgência e a intenção clara de PS, BE e PCP chumbarem o nosso projecto de resolução, mostrou bem a forma de agir da coligação negativa que se perspectiva em Portugal. E que pretende, inclusivamente, derrubar um governo que consideramos legítimo e que segue a tradição dos 40 anos de Democracia em Portugal”, frisou.

“Essa coligação negativa do PS com a dita Esquerda radical quer usurpar o governo, com base num acordo que junta partidos da esquerda radical, que renegam compromissos e acordos internacionais que Portugal assumiu, designadamente ao nível da União Europeia”, lembrou.

O documento apresentado pretende, “reafirmar princípios fundamentais, que já foram sufragados esmagadoramente pelos portugueses, tendo em vista que a confiança é fundamental, e que temos de a preservar para também assegurar a estabilidade e o crescimento da economia açoriana”, defendeu António Marinho.

“Os agentes políticos devem todos contribuir, independentemente das naturais diferenças políticas, para proteger essa confiança”, explicou o deputado do PSD/Açores, lamentando que, “nesta Assembleia, isso não se verifique, pondo em causa os princípios que levaram à apresentação da nossa proposta, e deixando ver que a tal coligação negativa também está presente no cenário regional”, concluiu o líder da bancada parlamentar açoriana do PSD.

POVO LIVRE

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva fez o balanço de um ano de Governo

A CRISE E A AUSTRERIDADE FORAM SUBSTITUÍDAS PELA RETOMA DA CONFIANÇA E PELA EXPANSÃO ECONÓMICA

■ **Somos o Governo da solidariedade, da justiça social, do crescimento e da modernização**

■ **Queremos acautelar o futuro do País, por isso apostamos na estabilidade política**



Faz precisamente hoje um ano que o Governo a que tenho a honra de presidir viu o seu programa votado na Assembleia da República.

Ao fim deste ano de actividade governativa plena, julgo ser meu dever prestar contas aos portugueses e convidá-los, a todos sem excepção, a fazerem comigo uma reflexão sobre o que foi feito, uma reflexão que pretendo objectiva e desapaixonada: para facilitar esta tarefa reunimos numa publicação as medidas e acções mais relevantes desenvolvidas pelo X Governo Constitucional.

Assumimos por esta forma a responsabilidade por aquilo que fizemos, não recedendo nem fugindo ao julgamento dos portugueses.

As orientações e princípios que nortearam a acção do X Governo constitucional durante o seu primeiro ano encontram tradução clara nas

características bem evidenciadas na análise da actividade governativa:

- O respeito pelo programa do Governo;
- A solidariedade e a justiça social;
- A promoção do crescimento e da modernização da economia e a correcção dos desequilíbrios regionais;
- O empenho na concretização do projecto da integração europeia;
- A defesa e promoção do diálogo responsável, da estabilidade e da confiança;
- A coragem e a determinação;
- A preocupação de rigor, isenção e coerência;
- A inovação;
- O sentido do Estado.

Uma característica clara da nossa acção é a de não governar ao sabor do acaso ou improviso. Todas as decisões ou acções são cuidadosamente preparadas e articuladas entre

si e reportam-se ao programa que foi inicialmente submetido a sufrágio popular e posteriormente legitimado pela Assembleia da República.

É ponto de honra para nós cumprir esse programa.

O Governo considera que o seu programa é um contrato com o povo português e com a Assembleia da República. Conferiram-nos um mandato para executá-lo. É isso que estamos a fazer e é pelo resultado final dessa tarefa que aceitamos e desejamos ser julgados.

Pode haver quem discorde daquilo que o Governo faz, mas não há ninguém que possa acusar o Governo de procurar fazer o que não disse ou de deixar de fazer o que disse que faria.

A nossa afirmação como o Governo da solidariedade e da justiça social está bem patente na atenção prestada aos grupos mais carenciados da popu-

lação portuguesa: os idosos e reformados, os trabalhadores agrícolas e pescadores, os deficientes e os desempregados.

Empenhou-se o Governo, desde o início, em realizar a difícil compatibilização entre a aposta no relançamento e modernização da economia e o reforço da solidariedade e justiça social.

Aproveitamos a resposta favorável da economia e uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis para procurar garantir o mínimo indispensável à subsistência de cada um dos portugueses.

Assim, foi possível aumentar extraordinariamente o valor das pensões mínimas dos reformados em Setembro. Agora, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro, foi ainda possível a actualização em 13% das pensões de invalidez e velhice e aumentar o valor das pensões mínimas a taxas

superiores à taxa de aumento geral.

Também por razões de justiça social e de equidade, o Governo decidiu pôr fim à discriminação que atingia os trabalhadores agrícolas, integrando-os no regime geral da Segurança Social.

Quanto às pensões dos pescadores estabeleceu-se que para o respectivo cálculo fosse considerado todo o tempo de trabalho anterior à sua integração no regime geral da Segurança Social.

Aos deficientes, para além do apoio substancial concedido às respectivas associações, procurou facilitar-se a sua integração no mundo do trabalho, através do desagravamento contributivo das empresas que lhes concedam emprego.

Estamos porém conscientes de que o Estado só por si não é capaz de dar resposta ade-

quada a todas as situações de carência social.

Por isso temos prosseguido uma política de incentivos e apoios directos às instituições privadas de solidariedade social, nomeadamente às misericórdias.

Por outro lado, fomos o primeiro Governo que tomou medidas concretas para enfrentar a situação anómala dos «salários em atraso» que se desenvolveu em Portugal nos últimos anos. Milhares de trabalhadores nesta situação recorreram aos esquemas de apoio criados pelo Governo e o número de trabalhadores com salários em atraso diminuiu para cerca de metade nos primeiros oito meses deste ano.

No âmbito da solidariedade e justiça social merecem igualmente destaque o plano de emergência para o distrito de Setúbal e a criação de contas

(Continuação da página 4)

POVO LIVRE

Devido ao feriado de 1 de Dezembro, «Povo Livre», na próxima semana, apenas será distribuído na quinta-feira, dia 4.

TEMPO DE ANTENA DO PSD

QUINTA-FEIRA, DIA 4 DE DEZEMBRO

Na RTP — Após o Telejornal das 19h 30m
Na RDP Antena 1 — Após o jornal das 13h

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaca, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede local, sita na Avenida Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Análise da Situação Política;
2 - Outros Assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cascais, para reunir, no próximo dia 02 de Dezembro de 2015 (quarta-feira), pelas 21h15, no Hotel Cidadela, sito na Av. 25 de Abril - Cascais, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
1 - Informações
2 - Análise da situação política local e nacional

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadim, 47, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Análise da situação política;
2 - Outros Assuntos.

COIMBRA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, sita na Rua Pedro Monteiro s/n - Coimbra, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
1- Informações
2 - Apreciação, discussão e aprovação do Orçamento da CPD para o ano de 2016
3 - Análise da situação política

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 - 1º Dtº, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua 22, nº 399, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Orçamento e Contas da Secção
2 - Análise da situação política;
3 - Aprovação da acta da Assembleia anterior

ÉVORA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Informações
2 - Análise da situação política;
3 - Outros assuntos

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 - Maia, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1- Análise da situação política
2 - Diversos

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas:
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único - Eleição dos Órgãos de Secção
Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 23h00

PORTIMÃO ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Infante D. Henrique, Loja 110, com a seguinte

- Ordem de trabalho:
1 - Informações
2 - Analisar a situação política partidária - Alínea a) do nº 2 dos Estatutos Nacionais do PSD

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede sita na Av. 1º de Maio, nº 26 c/v - fracção E, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 - Informações
- 2 - Analisar dos resultados das Legislativas 2015
- 3 - Análise da situação política partidária, local e nacional

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua do M.F.A., nº 11 - Fogueteiro - Amora, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra para reunir no próximo dia 19 Novembro de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7 - Portela de Sintra, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
1- Informações

2 - Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2016
3 - Análise da situação política



ALTERAÇÃO DE LOCAL III CONSELHO NACIONAL DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoco o III Conselho Nacional a realizar no dia 14 de Novembro de 2015, pelas 21 horas, na Casa das Artes de Miranda do Corvo, sita na Alameda das Moitas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

II CONSELHO DISTRIAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco para reunir ordinariamente, no dia 6 de Dezembro de 2015, (Domingo) pelas 10 horas, no Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova, sita na Avenida Joaquim Mourão, em Idanha-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I - Período de "Antes da Ordem do Dia":
1 - Formação sobre "Design Informático e Gestão de Redes Sociais"
- II - Período da "Ordem do Dia":
1 - Aprovação da Acta do Conselho Distrital anterior;
2 - Balanço do primeiro quarto de mandato dos órgãos distritais;
3 - Votação do relatório de contas de 2015;
4 - Apresentação do novo website da JSD Distrital de Castelo Branco;
- 5 - Apresentação do Plano de Comunicação da CPD;
- 6 - Votação da Moção de estratégia ao gabinete Autárquico e nomeação do respectivo Coordenador.
- III - Período de "Intervenção do Público.

OVAR

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Ovar para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de Dezembro de 2015 (Sábado), pelas 15:00, na sede Concelhia do PSD de Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1.º Esq. Ovar, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário da JSD Ovar.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Ovar, sita Rua Ferreira de Castro, 84 - 1.º Esq. Ovar, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 15:00 e as 17:00 horas.

CASCAIS

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Cascais para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de Dezembro de 2015 (Sábado), pelas 17:00, na sede Concelhia do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário da JSD Cascais.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 17:00 e as 19:00 horas.